

EDITORIAL

Com grande satisfação, apresentamos mais uma edição da Revista de Direito Contemporâneo UNIDEP (RDC-U), reafirmando seu compromisso com a difusão do conhecimento jurídico e a valorização da produção científica qualificada e plural.

Esta publicação é fruto do trabalho dedicado de seu Editor e do Conselho Editorial, que atuam com rigor e responsabilidade científica em todas as etapas do processo editorial — desde a análise preliminar dos artigos até a avaliação por pares no sistema *double blind peer review*.

A presente edição reúne trabalhos de autores e autoras com diferentes níveis de formação acadêmica, incluindo pós-doutores, doutorandos, mestres, professores universitários e acadêmicos de variadas regiões do Brasil, representando um mosaico institucional e geográfico significativo.

Essa diversidade enriquece o debate, reforça a amplitude temática da revista e evidencia seu compromisso com a qualidade acadêmica e com o fortalecimento da pesquisa jurídica no cenário nacional.

Abrimos com o artigo de Maria Bianca Ribeiro de Assis e Auricelia do Nascimento Melo, que investigam o chamado “Golpe do Pix”, uma prática criminosa que tem se multiplicado em razão da popularização dessa ferramenta de transferência instantânea de valores. As autoras abordam os desafios da responsabilização penal e cível, analisando como o ordenamento jurídico brasileiro pode — ou não — oferecer respostas eficazes às vítimas desse novo tipo de golpe digital. O texto lança luz sobre a urgência de se repensar a legislação diante das novas práticas tecnológicas.

Em seguida, Emilly Daniele de Bessa Barbosa, Deophanes Araújo Soares Filho e Deilton Ribeiro Brasil tratam da “uberização” do trabalho, discutindo os impactos das plataformas digitais sobre os direitos dos trabalhadores. O artigo questiona os limites da autonomia contratual, a precarização das relações laborais e a fragilidade da proteção jurídica dos trabalhadores de aplicativos, como motoristas e entregadores. Os autores propõem uma análise crítica à luz da Constituição Federal e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), apontando os riscos de uma

flexibilização excessiva que compromete a dignidade da pessoa humana e o princípio da valorização do trabalho.

A temática da tecnologia também é foco do artigo de Andressa Margotto Gramelich e Rodrigo Bassette Tardin, que examinam o uso da inteligência artificial na reprodução da imagem póstuma de pessoas falecidas. O texto analisa os limites éticos e jurídicos dessa prática, discutindo os direitos da personalidade, o respeito à memória dos falecidos e a proteção da imagem no contexto da IA generativa. Os autores refletem sobre a ausência de regulamentação específica no Brasil e apontam caminhos normativos para o enfrentamento dessa nova realidade, em que tecnologia, publicidade e entretenimento passam a interagir com os direitos fundamentais.

No quarto artigo, Clinton Inácio de Oliveira Barbosa, Dheffeni de Oliveira Barbosa Uchoa, Matheus Alencar Sardinha Uchoa e Heichon Cordeiro de Araújo abordam a privacidade e a proteção de dados pessoais na sociedade contemporânea, especialmente após a promulgação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Os autores analisam como o controle das informações sensíveis por empresas e governos pode afetar direitos individuais, e discutem os mecanismos legais de responsabilização em caso de uso indevido de dados. A pesquisa ressalta a importância da educação digital e da consciência cidadã sobre o tema, propondo um olhar crítico e propositivo para o futuro da privacidade.

A violência de gênero no ambiente virtual é o tema do artigo de Fabyanna Magalhães Marques, Lorena Machado Brandão, Maria Beatriz Araújo Costa, Wellington Fernando D’Lima e Stella Cristina de Carvalho Souza Garcês Miranda, que exploram o conceito de “estupro virtual”. Os autores analisam as manifestações desse crime no contexto digital, como em ambientes de sextorsão, “deepfake” e compartilhamento não consentido de imagens íntimas. O estudo enfatiza a importância do reconhecimento jurídico dessas práticas como formas de violência sexual e propõe caminhos legislativos e interpretativos para garantir a proteção das vítimas. É um artigo que contribui para o debate sobre o enfrentamento da violência nas redes.

A relação entre hermenêutica jurídica e a atuação do Judiciário é analisada por Thaiza Westfahl e Anelícia Verônica Bombana Consoli, que discutem a discricionariedade judicial a partir de critérios interpretativos. As autoras refletem sobre o papel dos juízes na concretização do Direito, apontando os riscos da

arbitrariedade e a importância de parâmetros que garantam segurança jurídica e coerência nas decisões judiciais. O texto revisita teorias clássicas e contemporâneas da interpretação jurídica, propondo uma abordagem que concilie a necessária flexibilidade do Direito com o respeito aos princípios constitucionais e à legalidade.

O sétimo artigo, assinado por Luan Richard Frazão Mendes e Joana de Moraes Souza Machado, trata do divórcio como direito potestativo, ou seja, um direito que pode ser exercido de forma unilateral, sem depender da vontade da outra parte. Os autores destacam o avanço legislativo e jurisprudencial na consolidação da autonomia da vontade no campo do Direito de Família, analisando os fundamentos constitucionais que legitimam o direito ao rompimento do vínculo conjugal. O texto discute ainda os impactos sociais e psicológicos do divórcio, ressaltando a necessidade de um procedimento célere e desburocratizado que respeite a dignidade das partes envolvidas.

Na sequência, Deilton Ribeiro Brasil, Anna Luíza Salgado Brandão, Jaíne Vitória Lino Oliveira e Carolina Furtado Amaral apresentam um estudo empírico sobre a tramitação dos processos em fase de execução no estado de Minas Gerais entre os anos de 2020 e 2024. O artigo examina os principais entraves à efetividade da execução judicial, como morosidade, excesso de burocracia e insuficiência de meios para localização de bens dos devedores. Os autores utilizam dados estatísticos e entrevistas com operadores do Direito para propor soluções práticas, incluindo o uso de tecnologias, o fortalecimento da penhora online e a cooperação interinstitucional entre magistratura, advocacia e Ministério Público.

Fechando esta edição, Lucas Eduardo de Lara Ataíde propõe uma análise sobre o conceito de heroísmo no Direito Penal, a partir da teoria da imputação objetiva. O autor questiona se e como atos heroicos podem afastar ou atenuar a responsabilidade penal em determinados contextos. Utilizando exemplos concretos e literatura doutrinária, o artigo investiga as fronteiras entre o dever jurídico e a ação excepcional, sugerindo que o reconhecimento jurídico do heroísmo pode, em certos casos, ter implicações na aplicação da pena. É uma reflexão que estimula o debate sobre ética, direito e comportamento humano.

Agradecemos a todos os pareceristas *ad hoc*, bem como ao corpo técnico e editorial da Revista, pelo compromisso contínuo e ético com a qualidade da avaliação e da produção editorial. Que os artigos aqui publicados inspirem reflexões

críticas, novas pesquisas e o contínuo aperfeiçoamento do saber jurídico. Desejamos a todas e todos uma excelente leitura!

Camila Rocha

Mestre em Direito pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), da Linha de Pesquisa em Direito, Cidadania e Atores Internacionais. Especialista em Direito e Prática Previdenciária pela Universidade Estácio de Sá. Graduada em Direito pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Advogada. Professora de Direito Penal e Direito Previdenciário no Centro Universitário de Pato Branco (UNIDEP).

EDITORIAL

With great satisfaction, we present another edition of the Revista de Direito Contemporâneo UNIDEP (RDC-U) (Journal of Contemporary Law UNIDEP), reaffirming its commitment to the dissemination of legal knowledge and the valorization of qualified and plural scientific production.

This publication is the result of the dedicated work of its Editor and the Editorial Board, who act with rigor and scientific responsibility in all stages of the editorial process - from the preliminary analysis of articles to peer review in double blind peer review.

The present edition brings together works by authors with different levels of academic training, including postdocs, doctoral students, masters, university professors and academics from various regions of Brazil, representing a significant institutional and geographical mosaic.

This diversity enriches the debate, reinforces the thematic breadth of the journal and highlights its commitment to academic quality and the strengthening of legal research on the national scene.

We open with the article by Maria Bianca Ribeiro de Assis and Auricelia do Nascimento Melo, who investigate the so-called "Pix Coup", a criminal practice that has multiplied due to the popularization of this tool for instant transfer of values. The authors address the challenges of criminal and civil accountability, analyzing how the Brazilian legal system can - or not - offer effective responses to victims of this new type of digital scam. The text sheds light on the urgency of rethinking legislation in the face of new technological practices.

Then, Emilly Daniele de Bessa Barbosa, Deophanes Araújo Soares Filho and Deilton Ribeiro Brasil deal with the "uberization" of work, discussing the impacts of digital platforms on workers' rights. The article questions the limits of contractual autonomy, the precariousness of labor relations and the fragility of the legal protection of application workers, such as drivers and delivery people. The authors propose a critical analysis in the light of the Federal Constitution and the Consolidation of Labor Laws (CLT), pointing out the risks of an excessive

flexibilization that compromises the dignity of the human person and the principle of valorization of work.

The technology theme is also the focus of the article by Andressa Margotto Gramelich and Rodrigo Bassette Tardin, who examine the use of artificial intelligence in the reproduction of posthumous images of deceased people. The text analyzes the ethical and legal limits of this practice, discussing personality rights, respect for the memory of the deceased and image protection in the context of generative AI. The authors reflect on the absence of specific regulation in Brazil and point out normative ways to face this new reality, where technology, advertising and entertainment interact with fundamental rights.

In the fourth article, Clinton Inácio de Oliveira Barbosa, Dheffeni de Oliveira Barbosa Uchoa, Matheus Alencar Sardinha Uchoa and Heichon Cordeiro de Araújo address privacy and protection of personal data in contemporary society, especially after the enactment of the General Data Protection Law (LGPD). The authors analyze how the control of sensitive information by companies and governments can affect individual rights, and discuss legal mechanisms for accountability in case of misuse of data. The research highlights the importance of digital education and citizen awareness on the subject, proposing a critical and proactive look at the future of privacy.

Gender violence in the virtual environment is the theme of the article by Fabyanna Magalhães Marques, Lorena Machado Brandão, Maria Beatriz Araújo Costa, Wellington Fernando D'Lima and Stella Cristina de Carvalho Souza Garcês Miranda, who explore the concept of "virtual rape". The authors analyze the manifestations of this crime in a digital context, such as sextortion, "deepfake" and non-consensual sharing of intimate images. The study emphasizes the importance of legal recognition of these practices as forms of sexual violence and proposes legislative and interpretative ways to ensure the protection of victims. It is an article that contributes to the debate on the confrontation of violence in networks.

The relationship between legal hermeneutics and the performance of the judiciary is analyzed by Thaiza Westfahl and Anelícia Verônica Bombana Consoli, who discuss judicial discretion from interpretative criteria. The authors reflect on the role of judges in the implementation of law, pointing out the risks of arbitrariness and the importance of parameters that ensure legal certainty and consistency in judicial decisions. The text revisits classical and contemporary theories of legal

interpretation, proposing an approach that reconciles the necessary flexibility of law with respect to constitutional principles and legality.

The seventh article, signed by Luan Richard Frazão Mendes and Joana de Moraes Souza Machado, deals with divorce as a potestative right, that is, a right that can be exercised unilaterally, without depending on the will of the other party. The authors highlight the legislative and jurisprudential advance in the consolidation of the autonomy of will in the field of Family Law, analyzing the constitutional foundations that legitimize the right to the rupture of the conjugal bond. The text also discusses the social and psychological impacts of divorce, highlighting the need for a fast and unbureaucratic procedure that respects the dignity of the parties involved.

In the following, Deilton Ribeiro Brasil, Anna Luíza Salgado Brandão, Jaíne Vitória Lino Oliveira and Carolina Furtado Amaral present an empirical study on the processing of the processes under execution in the state of Minas Gerais between the years 2020 and 2024. The article examines the main obstacles to the effectiveness of judicial enforcement, such as delays, excessive bureaucracy and insufficient means for locating debtors' assets. The authors use statistical data and interviews with legal practitioners to propose practical solutions, including the use of technologies, the strengthening of online foreclosure and interinstitutional cooperation between the judiciary, the legal profession and the Public Prosecutor's Office.

Closing this edition, Lucas Eduardo de Lara Ataíde proposes an analysis on the concept of heroism in Criminal Law, from the theory of objective imputation. The author questions whether and how heroic acts can avoid or mitigate criminal responsibility in certain contexts. Using concrete examples and doctrinal literature, the article investigates the boundaries between legal duty and exceptional action, suggesting that the legal recognition of heroism may, in certain cases, have implications on the application of punishment. It is a reflection that stimulates the debate on ethics, law and human behavior.

We thank all the *ad hoc* reviewers, as well as the technical and editorial staff of the Journal, for their continuous and ethical commitment to the quality of evaluation and editorial production. That the articles published here inspire critical reflections, new research and the continuous improvement of legal knowledge. We wish you all an excellent reading!

Camila Rocha

Master in Law by the Community University of the Region of Chapecó (Unochapecó), of the Research Line in Law, Citizenship and International Actors. Specialist in Social Security Law and Practice at Estácio de Sá University. Graduated in Law from the State University of Western Paraná (UNIOESTE). Lawyer. Professor of Criminal Law and Social Security Law at the Centro Universitário de Pato Branco (UNIDEP).